



Observatório da Jurisdição
Constitucional

Observatório da Jurisdição Constitucional

Ano 6, no. 2, jul./dez. 2013

Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP

Diretora-Geral do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP

Dalide Barbosa Alves Corrêa

Diretora- Geral da Escola de Direito de Brasília – EDB

Julia Maurmann Ximenes

Editores responsáveis

André Rufino do Vale

Fábio Lima Quintas

Assistente Editorial

Guilherme Del Negro

Conselho Editorial

André Rufino do Vale
Universidad de Alicante

Beatriz Bastide Horbach
Eberhard-Karls Universität
Tübingen

Carlos Bastide Horbach
Universidade de São Paulo

Christine Oliveira Peter
Universidade de Brasília

Fábio Lima Quintas
Universidade de São Paulo

Gilmar Ferreira Mendes
Universidade de Brasília e Instituto
Brasiliense de Direito Público

Ingo Wolfgang Sarlet
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul

José Levi Mello do Amaral Junior
Universidade de São Paulo

Lenio Luiz Streck
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos

Marcelo da Costa Pinto Neves
Universidade de Brasília

Marco Túlio Reis Magalhães
Universidade de São Paulo

Marina Corrêa Xavier
Universidade de São Paulo

Paulo Gustavo Gonet Branco
Instituto Brasileiro de Direito
Público

Rodrigo de Oliveira Kaufmann
Universidade de Brasília

Sérgio Antônio Ferreira Victor
Universidade de São Paulo

Pareceristas

André Rufino do Vale

Ana Paula Zavarize Carvalhal

André de Albuquerque
Cavalcanti Abbud

Beatriz Bastide Horbach

Carlos Bastide Horbach

Celso de Barros Correia Neto

Christine Oliveira Peter

Daniel Barcelos Vargas

Eliardo Teles Filho

Fábio Lima Quintas

Jorge Octávio Lavocat Galvão

Léo Ferreira Leoncy

Luciano Felício Fuck

Manoel Carlos de Almeida Neto

Marcelo Casseb Continentino

Marco Túlio Reis Magalhães

Marina Corrêa Xavier

Paulo Gustavo Gonet Branco

Paulo Penteado de Faria e Silva Neto

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch

Rodrigo de Oliveira Kaufmann

Sérgio Antônio Ferreira Victor

Thomaz Henrique Junqueira de
Andrade Pereira

Observatório da Jurisdição
Constitucional. [recurso eletrônico] /
Instituto Brasileiro de Direito Público –
Ano 6, no. 2 (jul./dez. 2013)-
Dados eletrônicos. – Brasília :
Instituto Brasileiro de Direito Público,
2013. 241 p.

Semestral

Editores Responsáveis: André
Rufino do Vale e Fábio Lima Quintas

Disponível em:

<http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/index.php/observatorio>

Resumos em português, inglês e
espanhol.

1. Direito. 2.

Jurisdição Constitucional.

I. Título. II. Instituto
Brasiliense de Direito Público.

ISSN 1982-4564

Sumário – OJC – Ano 6, no. 2 (Contents – OJC – Year 6, N. 2)

NOTA DOS EDITORES (<i>Editors' Note</i>)	IV
DOCTRINA (<i>Doctrine</i>)	
Democracia versus Constitución (¿Precompromiso o paternalismo?) (<i>Democracy v. Constitution [Precommitment or paternalism?]</i>)	1
Macario Alemany García	
Aceleração da democracia brasileira? (<i>Speeding up of the Brazilian democracy?</i>)	29
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch	
Abuso de direitos fundamentais, pluralismo cultural e critérios de tratamento igual (<i>Abuse of fundamental rights, cultural pluralism and equitable treatment criteria</i>)	54
Lucas Fucci Amato	
OBSERVATÓRIO NACIONAL (<i>National Case Law Review</i>)	
A dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal (<i>Human dignity in the Federal Constitution of 1988 and its application by the Brazilian Supreme Court</i>)	83
Gilmar Ferreira Mendes	
A garantia constitucional contra a despedida arbitrária e sem justa causa e o problema da regulamentação judicial de cláusulas constitucionais de eficácia limitada ante a omissão legislativa (<i>The constitutional guarantee against arbitrary dismissals and the problem of judicial rulemaking under limited efficacy constitutional clauses in virtue of legislative omissions</i>)	98
Fernando Hugo R. Miranda	
O amicus curiae como instrumento de democratização da jurisdição constitucional brasileira (<i>Amicus curiae and the democratization of judicial review in Brazil</i>)	124
Rafael Dilly Patrus	
Divulgação da remuneração ou subsídio do agente público na internet: análise da Lei de Acesso à Informação (LAI) à luz dos princípios da publicidade e transparência (<i>The disclosure of public servant earnings on the internet: analysing the Access to Information Act under the light of the principles of publicity and transparency</i>)	150
Carlos Odon Lopes da Rocha	
OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL (<i>International Case Law Review</i>)	
Sir Edward Coke, El Bonham's Case y la Judicial Review (<i>Sir Edward Coke, the Bonham's Case and Judicial Review</i>)	167
Francisco Fernández Segado	III